



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES

REQUERIMENTO AO GOVERNO REGIONAL

“Considerando as notícias recentemente divulgadas por órgãos de comunicação social de âmbito nacional e regional, sobre a potencialidade da Base das Lajes ser incluída no sistema de defesa anti-míssil dos Estados Unidos da América do Norte;

Tendo em conta que um desses órgãos de comunicação social, citando uma fonte do Ministério da Defesa, refere até a provável deslocação a Portugal de três altos funcionários do Departamento de Estado Norte Americano para dar a conhecer aspectos relacionados com aquele sistema;

Atentando em que tais notícias referem nomeadamente a potencialidade da instalação na Terceira de um Radar Banda X, segundo os especialistas o primeiro alvo a abater em caso de conflito nuclear;

Considerando que tal situação se revelaria como um aumento de risco para as populações açorianas em geral e para a população terceirense em particular, para além de se desconhecerem os impactos ambientais da instalação de um radar de tão grande potência;

Considerando as já existentes condições de degradação em que se encontram instalações abandonadas pelos norte-americanos em vários pontos da ilha Terceira, com as inevitáveis consequências negativas em termos ambientais;

Tendo em linha de conta que todas as notícias publicadas apenas referem a possibilidade de cedência da Base das Lajes para o fim citado contra o aumento das contrapartidas pela utilização da Base das Lajes, que não a necessidade de consulta às populações ou estudos de impacto ambiental;

Pela preocupação que resulta das declarações do representante da Região na Comissão Bilateral de Acompanhamento do acordo da Base das Lajes,

nomeadamente as que dão conta de que “os americanos anunciaram a intenção de avançar com o projecto”, ainda que “só o facto de se falar nessa possibilidade demonstra que a Base das Lajes mantém a sua importância estratégica” e por fim que “se esse cenário vier a concretizar-se a Base das Lajes passará a ter uma importância maior do que em actualmente sendo natural que as contrapartidas também sejam maiores”.

Considerando, por fim, o imperativo constitucional de consulta aos órgãos regionais pelos órgãos de soberania na matéria em análise;

Ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia Legislativa Regional, solicita ao Governo Regional resposta às seguintes perguntas:

1 – Tem ou não o Governo Regional ou a sua Presidência qualquer conhecimento, oficial ou oficioso, sobre a potencialidade de instalação na Base das Lajes de qualquer equipamento relacionado com o sistema de defesa anti-míssil dos EUA?

2 – Tem ou não o Governo Regional ou a sua Presidência qualquer conhecimento, oficial ou oficioso, da deslocação a Portugal de altos funcionários do departamento de estado Norte Americano para tratar da matéria ora em análise?

3 – Foi ou não o Governo Regional informado ou consultado por algum órgão de soberania ou pelo Senhor Ministro da República sobre a possibilidade da utilização da Base das Lajes para aquele fim?

4 – Em caso de resposta afirmativa a alguma das perguntas anteriores, ou atentando apenas na potencialidade de alguma das situações descritas vir a acontecer, tem o Governo Regional a intenção de proceder a estudos sobre o impacto ambiental que a instalação de qualquer estrutura possa originar na Ilha

Terceira ou consultar a população local sobre o seu sentimento quanto ao aumento de risco e/ou deterioração do ecossistema da ilha?

5 – Ou, pelo contrário, e fazendo fé nas declarações do representante da Região na Comissão Bilateral de Acompanhamento do Acordo da Base das Lajes, centrará a sua decisão apenas no aumento de contrapartidas?

6 – Qual o ponto da situação no que respeita à remoção de outras instalações abandonadas pelos Norte Americanos na ilha Terceira, nomeadamente no Pico Celeiro, Pico da Bagacina e outras?

7 – Existem ou não dados sobre o impacto ambiental negativo originado pela não remoção em tempo útil destas instalações?

Assembleia Legislativa Regional, 29 de Maio de 2001.

Os Deputados do Grupo Parlamentar do PCP, José Decq Mota e Paulo Valadão.”